

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012647-05.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**
Requerente: **SANDRA REGINA FERREIRA**
Requerido: **Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou que possui conta-salário junto ao réu, constatando que no início de novembro de 2016 ele reteve integralmente o seu salário sem qualquer autorização sua.

Alegou ainda que celebrou com o réu contrato de empréstimo consignado, o que não legitimaria aquele procedimento porque o valor máximo de retenção seria de 30%.

O réu em contestação assinalou que promoveu a cobrança trazida à colação tal como pactuado pelas partes, mas admitiu que na ocasião aludida pela autora fez uma cobrança acima do limite permitido, estonando-a em seguida.

Ressalvou não ter obrado com má-fé, de sorte que a reparação por danos morais não teria lugar.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O réu como se vê reconheceu ter procedido à retenção do salário integral da autora para o abatimento de débito a cargo dela, bem como que isso ultrapassou o limite máximo de 30%.

Se essa posição poderia fazer crer que a situação noticiada de início não se repetiria, o desenrolar dos acontecimentos levou a convicção contrária.

Com efeito, o réu voltou posteriormente a reter a totalidade dos valores recebidos pela autora a título de salário, o que rendeu ensejo à determinação para que liberasse o montante devido sob pena de multa diária (fl. 92), na esteira da decisão que no princípio do feito concedeu a tutela de urgência à autora (fl. 17), cumprindo registrar que a multa foi majorada a fl. 101.

Ficou claro, assim, que o réu não poderia reincidir na mesma prática, sob pena de sujeitar-se ao pagamento de multa, só que a manifestação de fls. 151/152 evidenciou o descumprimento daquela determinação, corroborada pela notícia de que novo bloqueio teve vez em 01 de fevereiro (fls. 131/133).

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isso porque a jurisprudência reconhece a proteção ao salário, até em face de sua impenhorabilidade, vedando a instituições bancárias sua retenção para o abatimento de dívidas.

Nesse sentido, em situações semelhantes à dos autos:

*“O legislador, ao elevar à categoria de impenhoráveis os vencimentos e os salários, pretendeu resguardar tais verbas, que possuem caráter alimentar. Se não é possível penhora de saldo em conta corrente, desde que proveniente de salário, o mesmo critério, mutatis mutandis, se aplica ao banco, quando este, valendo-se de cláusula prevista em contrato de abertura de conta corrente desconta valores alusivos a saldo devedor, não obstante o pedido de transferência do depósito do salário para outra entidade de crédito. Salário, mesmo quando depositado em conta corrente, não deixa de apresentar o caráter de verba alimentar, ainda que passe a integrar o saldo nela existente. Vedada, pois, qualquer compensação dos vencimentos do agravado com o débito relativo a saldo. De mais a mais, o art. 7º, X, da CF assegura a 'proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa', o que demonstra a amplitude da proteção que o legislador constitucional conferiu àquela verba”. (TJ-SP - Agravo de Instrumento nº 203408-45.2014, 20ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ÁLVARO TORRES JÚNIOR**, DJ 18.8.2014).*

“Tutela antecipada - Indenizatória - Contrato bancário - Liminar - Cabimento - Cessação de descontos do saldo devedor oriundo de contrato de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*cheque especial dos vencimentos creditados em conta corrente - Prática que se mostra abusiva - Existência de previsão contratual que, ademais, seria irrelevante para a concessão do provimento judicial - Descontos que devem ser cessados a partir da manifestação de desacordo do correntista - Vencimentos que têm natureza alimentar e são impenhoráveis - Hipótese de inadimplemento do contrato que autoriza o banco a utilizar-se da via judicial - Recurso provido". (TJ-SP - Agravo de Instrumento nº 91070895571, 23ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **PAULO ROBERTO DE SANTANA**, j. 20.2.2008).*

*“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BANCÁRIO. CONTRATO DE CHEQUE ESPECIAL. RETENÇÃO DO SALÁRIO DO CORRENTISTA. ILEGALIDADE. 1. A retenção de salário do correntista para fins de saldar débito relativo ao contrato de cheque especial, ainda que conste cláusula autorizativa, não se reveste de legalidade, porquanto a instituição financeira pode buscar a satisfação de seu crédito pelas vias judiciais. 2. 'Não é lícito ao banco valer-se do salário do correntista, que lhe é confiado em depósito, pelo empregador, para cobrir saldo devedor de conta-corrente. Cabe-lhe obter o pagamento da dívida em ação judicial. Se nem mesmo ao judiciário é lícito penhorar salários, não será a instituição privada autorizada a fazê-lo.' Agravo improvido" (AgRg no Ag 1.225.451/RJ, rel. Min. **LUIS FELIPE SALOMÃO**, Quarta Turma, julgado em 8/6/2010).*

Na espécie vertente, a falha do réu é muito mais evidente, tanto que ele próprio na peça de resistência deixou claro que constatou que a primeira cobrança se deu "acima do limite permitido" (fl. 26, sétimo parágrafo).

Não explicou, porém, por qual razão repetiu em mais de uma vez o mesmo procedimento.

Em consequência, impõe-se novamente a ele a determinação para que possa reter até o máximo de 30% (trinta por cento) do salário da autora, na forma do já decidido a fls. 158/159, item 3, e como forma de dirimir dúvidas (inclusive pela oposição dos embargos de fls. 175/176, **que ora aprecio**) anoto que tal retenção recairá sobre o montante efetivamente depositado na conta da autora a título de salário.

Quanto aos danos morais invocados pela autora, tenho-os por configurados.

Mesmo que se reconheça que ela contribuiu para a eclosão do episódio ao não quitar débito a seu cargo, nada justificava a retenção de seu salário integral pelo réu.

A situação fica pior ao notar-se que isso tornou a ocorrer mais de uma vez, conquanto o réu admitisse que não poderia fazê-lo.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

É inegável que essa dinâmica impôs à autora desgaste de vulto, afetando-a como de resto qualquer pessoa mediana em sua posição seria afetada.

O réu ao menos na hipótese vertente não dispensou à autora o tratamento que seria exigível, o que basta para a caracterização dos danos morais passíveis de reparação.

Para fixação do valor da indenização, tomo em consideração os critérios empregados em casos afins.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Por fim, e tomando em conta que já sucedeu o bloqueio do valor pelo descumprimento das obrigações impostas ao réu ao longo do processo, sem que houvesse impugnação específica ao assunto, fará jus a autora ao recebimento imediato do mesmo.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu:

(1) ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em poder reter até o máximo de 30% (trinta por cento) do salário da autora (**assim entendido o que for efetivamente depositado na conta da autora a título de salário**) para a quitação de débitos a seu cargo pendentes de adimplemento, liberando à mesma o excedente desse patamar, sob pena de multa diária de R\$ 500,00, até o limite de R\$ 20.000,00 em caso de descumprimento;

(2) a pagar à autora a quantia de R\$ 8.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 158/159, item 3.

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento da obrigação de fazer imposta no item 1 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Independentemente do trânsito em julgado da presente, expeça-se desde já mandado de levantamento em favor da autora relativamente à importância referida a fl. 173.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 19 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**